



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



1 **12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **DE FRANCA E 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA**
3 **IDOSA – 18 DE AGOSTO DE 2022.** Aos dezoito (18) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois
4 (2022), às dez horas e quinze minutos(10h15), iniciou-se a décima segunda (12ª) Reunião Extraordinária do
5 Conselho Municipal de Assistência Social de Franca e décima primeira (11ª) Reunião Extraordinária do
6 Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca, que foi realizada conjuntamente pelos dois Conselhos. A
7 reunião foi realizada presencialmente, na Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, nº 1750 –
8 Centro e coordenada pela presidente em exercício do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS,
9 Senhora Roberta Pucci Melo, representante titular do poder público e pela primeira Secretária do Conselho
10 Municipal da Pessoa Idosa - COMUPI, Senhora Sônia Lúcia da Silva Rodrigues, representante suplente da
11 sociedade civil. Estiveram presentes na reunião quinze (15) Conselheiros(as), do Conselho Municipal da
12 Assistência Social sendo cinco (05) da Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com (as) os seguintes
13 **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina Silva Vaz, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Roberta
14 Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto, Sônia Maria
15 de Andrade Souza, Susana Mendes de Carvalho e Sílvia Helena Bertolino dos Santos. **Conselheiros**
16 **Suplentes na Titularidade:** Márcia Tomie Nakao, Carlos Eduardo dos Santos, Rafael Murari Oliveira e
17 Luís Otávio Montelli. **Conselheiros(as) Suplentes:** Sulia das Neves Nascimento e Simone Martins Ramos.
18 Estiveram também presentes Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, com (as) os seguintes
19 **Conselheiros Titulares:** Raquel Soares dos Reis, Sílvia Helena Bertolino dos Santos, Marco Antônio
20 Nascimento Polo, Bruna Thaianá Gonçalves Xavier Pereira, Camila de Jesus Borges, Luiz Souza Batista e.
21 **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Sônia Lúcia da Silva Rodrigues e Thalita Trindade Neves
22 **Conselheiros(as)**, sendo oito (05) da Sociedade Civil e tres (03) do Poder Público. **Suplentes presentes:**
23 Lígia Andrian Leal Serenza. Pelas Entidades convidadas estiveram presentes, os seguintes: Cloves Placido
24 Barbosa, presidente e Adriano Melo, pela Fundação Espirita Judas Iscariotes – FEJI; Rogério Faleiros
25 Cândido, presidente, Elenir Rodrigues Cintra Malta e Líria Gonçalves Garcia, pela Casa São Camilo de
26 Lellis. Representando o Órgão Gestor da Assistência Social, a Diretora de Proteção Social Especial, Iara
27 Flávia Afonso Guimarães. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **1 – Ordem do dia:** Chamada
28 *e Verificação de quórum dos dois Conselhos; Apresentação das justificativas dos Conselheiros ausentes.* **2.**
29 **Aprovação da pauta.** **3. Assuntos – 3.1- Considerações dos respectivos representantes das Entidades e do**
30 **Órgão Gestor da Assistência Social acerca do Ofício nº 12/2022 de 21 de julho de 2022 – Casa São Camilo**
31 **de Lellis, encaminhado ao CMAS, COMUPI e outros.** Dando início à reunião a Presidente em exercício do
32 CMAS, senhora Roberta Pucci, cumprimentou os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou
33 que a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum,



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



34 com a presença de treze (13) Conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as
35 justificativas de ausência dos(as) seguintes: Valdety Alves Silveira, Alessandra Aparecida da Silva, Lucas
36 Augusto de Almeida, Wagner José de Oliveira, Loren Lorrany Duarte, Éder Furtado Ribeiro, Andréa
37 Fernanda de Faria e Sousa, Gisleide Branquinho Ramos, Katia Cristina Guerreiro Comparini, Mauro
38 Antonio Moreno Junior, Rosemary Lopes Pini Mazzota e Leandro Ferreira. Ausências Injustificadas:
39 Kathleen Martins, Adriana Cristina Marques Gomes, Rosemary Aparecida de Oliveira e Luzia Regina
40 Alves. Em seguida a primeira-secretária do COMUPI, senhora Sônia Lúcia, cumprimentou os presentes e
41 solicitou que a verificação do quórum e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum do
42 COMUPI, com a presença de 08 Conselheiros(as) titulares ou de suplentes na titularidade, apresentadas as
43 justificativas de ausência dos (as) seguintes Conselheiros (as):Célia Regina Alves Castello Folhas Damas,
44 Gabriela Cristina Carneiro Vilione, Cláudia Cintra Carrijo Marques, Giane Ferreira, Andrea Fernanda Faria
45 de Sousa, Paulo de Tarso Nazar, Tairine de Rezende Beltrão Pereira, Elenice das Graças Soares Silva, Iraci
46 Procópio Bortolato Pereira, Cristina Ribeiro de Melo Carvalho, Luis Cláudio Vilar, Juceny Rodrigues
47 Cavalheiro, Nanci Soares. Ausências Injustificadas: Victalina Maria Pereira Di Gianni, Antonieta de
48 Andrade, Alex Sandro de Sousa Santos Júnior, Maurício Gonçalves da Rocha, Nancy Brito e Andreia
49 Aparecida Reis de Carvalho Liporoni. Feitas as chamadas e confirmações ou justificativas de ausência dos
50 dois Conselhos, a Presidente em exercício do CMAS, Roberta, iniciou a sua fala fazendo algumas
51 considerações iniciais sobre o assunto da pauta, item - 3.1- Considerações dos respectivos representantes
52 das Entidades e do Órgão Gestor da Assistência Social acerca do Ofício nº 12/2022 de 21 de julho de 2022
53 – Casa São Camilo de Lellis, encaminhado ao CMAS, COMUPI e outros. Disse que a presente reunião foi
54 deliberada pelos dois Conselhos, na última Reunião Extraordinária Conjunta, uma vez que na ocasião os
55 Colegiados tomaram ciência do ofício em pauta, supracitado. Pontuou que o documento apresenta as
56 dificuldades enfrentadas pela Casa São Camilo de Lellis no processo de transição do Serviço de
57 Acolhimento de Idosos. Salientou que o objetivo da reunião será o de realizar a escuta das Entidades
58 envolvidas. Pontuou que esse processo de transição se configura em um momento novo e inédito no
59 município de Franca, em se tratando de serviços de acolhimento de idosos e que por mais que tenha tido
60 planejamento e cuidado com o processo, algumas intercorrências podem ocorrer. Destacou que é atribuição
61 dos Conselhos o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos serviços e, neste sentido, foi constituída
62 uma Comissão Conjunta para acompanhar o processo de transição. Ressaltou que os Conselheiros devem se
63 ater ao foco principal desta reunião, que é o de garantir o direito da pessoa idosa, não cabendo nenhum
64 posicionamento dos Conselhos a favor de uma ou outra Instituição. Trata-se de duas Organizações da
65 Sociedade Civil - OSCS que tem uma trajetória importante na Política de Assistência Social e que já
66 vivenciaram papéis nas duas situações, tanto de iniciar um serviço novo quanto de encerrá-lo. Salientou que



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



67 todo processo de mudança gera inseguranças e dificuldades, sejam objetivas, materiais ou emocionais, visto
68 que se tratam de seres humanos. Encerrou ponderando que as duas instituições compartilharão o mesmo
69 serviço e terão uma trajetória pela frente, portanto esse momento deve ser de diálogo, respeito e com um
70 único objetivo que é o de garantir e qualificar os serviços para as pessoas idosas. Em seguida passou a
71 palavra para a representante do COMUPI, sra. Sônia Lúcia, que destacou que também compartilha e
72 reafirma as considerações iniciais da Roberta, de que esse momento de transição e mudanças não se resume
73 a materialidade, uma vez que tem uma história, um envolvimento emocional, visto que são pessoas. Os
74 conselhos devem preservar esse espaço de debate e diálogo sobre a política pública da melhor maneira
75 possível, sem perder o foco principal que é a garantia dos direitos da pessoa idosa. Reforçou que os
76 conselheiros devem ter em mente qual é o seu papel e assumir as responsabilidades que lhes cabem,
77 lembrando que tudo que chega ao Conselho deve ser apurado com responsabilidade, respeito e à luz das
78 legislações. Em seguida Roberta sugeriu que cada Instituição fizesse as suas considerações, propondo um
79 tempo de 10 minutos para cada uma, porém a Conselheira Lúcia questionou se o ofício não seria lido na
80 reunião, elucidando posteriormente que se tratava do documento protocolado antes da reunião, junto aos
81 dois Conselhos, pela Fundação Espirita Judas Iscariotes. Roberta destacou que o objetivo da reunião seria
82 fazer a escuta de cada instituição e o ofício da Fundação não estaria em pauta. Cloves manifestou que, como
83 houve um momento dos Conselhos fazerem a leitura do ofício de denúncia da Casa São Camilo ele
84 considerava importante que a resposta da FEJI também fosse lida. A Sra. Elenir, representante da Casa São
85 Camilo de Lellis disse que não se tratava de uma denúncia e sim um informe ao Ministério Público com
86 cópia à Gestão da SEDAS e aos dois Conselhos, questionando o objetivo da reunião e manifestando que na
87 sua opinião a discussão deveria ser somente dos dois Colegiados, uma vez que o momento seria muito
88 desgastante, mediante um processo que por si só já estaria sendo árduo. O advogado da FEJI, Dr. Adriano,
89 solicitou a palavra e apresentou como proposta de encaminhamento, a leitura dos dois ofícios ou então uma
90 apresentação oral das duas Instituições. Mediante debate, com posicionamentos opostos, sobre como seria a
91 organização da reunião bem como, com o questionamento sobre o objetivo desta, Sônia Lúcia destacou que
92 a reunião teria como objetivo garantir a oportunidade de escuta às duas Instituições. Em seguida sugeriu que
93 os Colegiados votassem nas propostas, elencando como proposta 1 que cada Instituição fizesse as suas
94 considerações oralmente e como proposta 2 que fosse feita a leitura dos dois documentos. Passou então para
95 o regime de votação com a chamada dos Conselheiros aptos a votar, iniciando pelo CMAS, que teve como
96 resultado nove (9) votos para a proposta 2 e quatro (4) votos para a proposta 1. Em seguida foi feita a
97 chamada dos Conselheiros do COMUPI, ficando oito (8) votos para a proposta 2, por unanimidade. Assim
98 totalizou dezessete (17) votos na proposta 2 e quatro (4) na proposta 1. O Dr. Adriano solicitou a palavra
99 para apresentar uma nova sugestão de encaminhamento, solicitando ao Colegiado uma pausa de dez (10)



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



100 minutos para uma conversa entre as Entidades, antes da leitura dos ofícios. Porém, alguns Conselheiros
101 manifestaram a não concordância, uma vez que foi deliberada a leitura dos ofícios e este seria o
102 encaminhamento. Assim iniciou-se com a leitura do **Ofício nº 12/2022 de 21 de julho de 2022 – Casa São**
103 **Camilo de Lellis**, pela secretaria-executiva do CMAS, Maria Amélia Facioli Vergara. Dando seguimento,
104 Maria Amélia também realizou a leitura do **Ofício nº: 135/2022, de 18 de agosto de 2022, da Fundação**
105 **Espirita Judas Iscariotes**. Concluídas as leituras, a Sra. Sônia Lúcia abriu a palavra para as manifestações do
106 Colegiado e dos Convidados. A Conselheira do CMAS, Viviane, fez algumas considerações acerca do
107 chamamento público, pontuando que este processo se configura como uma possibilidade do Órgão Gestor
108 estabelecer parcerias para execução dos serviços, sendo que este traz alguns pontos positivos, porém é também
109 carregado de desafios. Ressaltou que a sua preocupação com esses chamamentos está relacionada às grandes
110 mudanças na dinâmica de vida e rotina dos usuários acolhidos, uma vez que estes possuem vínculos fortes
111 com a Instituição, com as Equipes e com os outros Usuários. O desafio de construção de novos vínculos e em
112 um formato diferente de moradia, é imenso, e provocam angústias tanto aos Usuários, Equipes de
113 Trabalhadores, Diretoria e Gestão. Ponderou que este momento propicia a reflexão sobre o trabalho que está
114 sendo ofertado e a oportunidade de repensar novas formas de trabalho, destacando que esse processo de
115 transição é desconfortável, mas serve de experiência, salientando a importância de planejar essa condução
116 com muito diálogo para não vivenciar momentos tensos como este. Disse, porém, que nesta reunião, já se
117 vislumbra uma possibilidade de conciliação entre as Entidades. Reafirmou que a Gestão e as Organizações da
118 Sociedade Civil - OSCs não estão em lados opostos, por isso a relação deve ser de respeito e valorização entre
119 estas. Ressaltou que deve ser valorizada a trajetória das Instituições e que se reconheça a *expertise* das
120 Instituições, porém, estas também devem compreender que algumas mudanças são necessárias, sempre com o
121 objetivo de garantir o direito das pessoas, e que outras modalidades, como a Casa Lar, podem propiciar uma
122 maior autonomia às pessoas idosas. Destacou a importância da pessoa idosa ter direito à autonomia,
123 individualidade, exemplificando, que a pessoa idosa tem direito de utilizar a parte do benefício previdenciário
124 que lhe cabe e pode sair da Instituição para comprar o que bem lhe aprouver, participar de eventos, dentre
125 outros. Disse que fica evidente que a questão financeira das Entidades é um grande dificultador e as
126 Instituições precisam buscar estratégias de enfrentamento para dar conta de atender com qualidade. O serviço
127 público tem fragilidades e a ausência de outras políticas compromete o trabalho. Salientou que os processos de
128 chamamentos a cada 5 anos criam uma instabilidade para as OSCs, interfere nas relações de trabalho, há um
129 desgaste mental dos trabalhadores, entidades, usuários, ainda que seja um processo necessário. Há uma
130 rotatividade grande de Trabalhadores, uma vez que os salários são baixos e as relações de trabalho e de
131 formação são precarizadas cada vez mais. Destacou que todas essas questões precisam ser consideradas
132 quando ocorrem esses processos de chamamento público, sendo necessário um olhar para essa problemática.



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



133 A Conselheira do COMUPI, Bruna, salientou que os ofícios demonstram aquilo que os Conselhos já vêm
134 discutindo, evidenciando as dificuldades que as Instituições enfrentam na execução dos serviços. Os recursos
135 são insuficientes, há uma ausência da participação financeira das outras políticas, e as OSCs acabam tendo que
136 arcar com recursos próprios. Refletiu que talvez tenha ocorrido uma falta de diálogo entre as Instituições, mas
137 salientou que o momento é importante para que os Conselhos tenham a dimensão do que as organizações
138 executoras de serviços enfrentam. Pontuou que os Colegiados têm discutido bastante sobre a questão do
139 direito de 30% dos benefícios das pessoas idosas, mas que tem conhecimento de que muitos usuários chegam
140 para a Entidade sem benefício previdenciário, sem medicamentos da rede pública, utilizando fraldas e essa
141 despesa a Entidade tem que se organizar para suprir, seja por meio de campanhas, doações, etc. O presidente
142 da FEJI, Sr. Cloves, destacou a fala sobre a precarização do trabalho, salientando que não tem como as ILPIs
143 se manterem sem o profissional de saúde. Apontou que Franca está avançando nesta questão com o
144 cofinanciamento híbrido, porém, pontuou que o aumento do piso da enfermagem, aprovado recentemente, vai
145 impactar mais uma vez nos custos do serviço. Relatou que já existem organizações que estão contratando via
146 cooperativa e isso precariza ainda mais, pois os trabalhadores não tem os direitos trabalhistas. Pontuou que a
147 assistência social sempre é a última quando se trata de orçamento público, apesar de Franca ser um município
148 que investe um pouco mais na Assistência Social, mas ainda não é o ideal. A Conselheira do CMAS, Simone,
149 também refletiu que as mudanças são necessárias, porém, não acontecem sem alguns desconfortos, uma vez
150 que lidamos com pessoas. Salientou que a luta pela melhoria do orçamento da Assistência Social é importante
151 e longa, porém temos que apontar as ausências das outras políticas e é esse caminho que devemos perseguir.
152 Ressaltou que a Assistência Social não deve continuar assumindo o que não é de sua responsabilidade. O
153 caminho é a união de esforços na busca de um orçamento adequado e condizente. Em seguida a Conselheira
154 do CMAS, Ana Paula, complementou que a Política de Assistência Social é a única que se materializa na
155 junção e parceria entre poder público e sociedade civil. Ressaltou que não existe Assistência social somente
156 com o poder público, uma vez que ela só se materializa por meio da participação, que se dá através das
157 parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSCS. O respeito às Organizações da Sociedade Civil
158 está consolidado na LOAS, uma vez que estas compõem a parte orgânica desta Política Pública. Enfatizou que
159 a Política de Assistência Social precisa avançar ainda mais na questão do orçamento, que perpassa pela
160 ausência de percentuais mínimos pelas esferas de governo e essa também deve ser a luta dos Conselhos.
161 Salientou que o debate e as críticas são necessários para construção e solidificação de uma política mais forte,
162 mas, as críticas não devem ser “pessoalizadas”, e que precisamos avançar nestes espaços de debates, pensando
163 no coletivo e não na individualização. Os Conselhos propiciam esses espaços de debates, e havendo a violação
164 de direitos estes têm a obrigação de averiguar. Logo após foi passada a palavra para a representante da Casa
165 São Camilo, Sra. Elenir, que frisou que o ofício protocolado objetivou a garantia e defesa do direito da pessoa



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
FRANCA – SP**



166 idosa, pontuando as dificuldades no agendamento de consultas, na distribuição de remédios, de fraldas, dentre
167 outras. Reafirmou que o documento vai além da questão financeira, e teve por objetivo demonstrar que os
168 direitos das pessoas idosas estão sendo violados e a situação das OSCs é complicada. Enfatizou também que a
169 Casa São Camilo tem preparo, experiência e por isso as pessoas idosas tiveram seus direitos garantidos, todas
170 as necessidades destes foram atendidas. Reforçou que existe uma morosidade no serviço público, e que é
171 preciso efetivar as políticas públicas. Quanto aos cartões das pessoas idosas, disse que inicialmente a
172 Fundação não entregou os cartões porque informaram que antes teriam que receber o pagamento, e que estes
173 só foram entregues alguns dias depois, uma vez que ela e o Presidente foram buscá-los. Pontuou que no seu
174 entendimento os valores de 30% do décimo terceiro salário das pessoas idosas deveria ter ficado com as
175 pessoas idosas e não com a FEJI. A Diretora da Proteção Especial, Iara, pediu a palavra, e iniciou a sua fala
176 pontuando que o tripé da Política da Assistência Social é a proteção social, vigilância e defesa de direitos.
177 Ressaltou que as seguranças afiançadas pelo SUAS estão garantidas pela Política de Assistência Social.
178 Reafirmou que é preciso parar de requerer da própria assistência social, aquilo que não é cumprido pelas
179 outras políticas. Pontuou veementemente, que a Política de Assistência Social não é responsável pela
180 segurança alimentar, nem pelos medicamentos, fraldas ou moradia. Lembrou que todas essas ausências que
181 foram elencadas são demandas de toda a população, que está sofrendo com o não atendimento de seus
182 direitos. Reafirmou que é preciso levar as demandas das outras políticas para as respectivas instâncias, para o
183 Conselho de Saúde, Conselho Nacional e Estadual. Ressaltou que os Colegiados devem atuar na perspectiva
184 de cobrar das outras Políticas Públicas e dos outros entes federados aquilo que não estão cumprindo. Não
185 havendo mais considerações, a Conselheira Sônia Lúcia propôs que fossem disponibilizados os dez (10)
186 minutos que as Entidades requisitaram no início da Reunião para que assim ficassem definidos os
187 encaminhamentos. O Colegiado não chegou ao consenso se aguardaria esse tempo das Entidades e retornaria
188 para o fechamento da reunião, considerando o adiantado da hora, ou se já faria os encaminhamentos e
189 encerramento da reunião. Assim, o Dr. Adriano apresentou uma proposta em nome das duas Entidades, de que
190 estas se reuniriam posteriormente, elaborariam um ofício conjunto e o encaminhariam aos Conselhos,
191 Ministério Público e Órgão Gestor. Os Colegiados consideraram a proposta viável, aprovando-a. Nada mais
192 havendo a ser tratado, a Presidente em exercício do CMAS Senhora Roberta Pucci Melo e a primeira
193 Secretária do COMUPI, Sra. Sônia Lúcia da Silva Rodrigues agradeceram a presença de todos (as) e
194 encerraram a reunião às onze horas e trinta minutos (11h30), tendo sido gravada para consulta dos
195 Conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amelia Faciroli Vergara, secretaria-executiva do CMAS, lavrei a
196 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença. Franca, 18 de agosto de 2022.